

PORTARIA Nº 09/2017/GABSM

INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N. 017.2017.605

O Ministério Público de Contas, por intermédio do seu membro signatário, no uso de suas atribuições legais,

considerando as competências atribuídas ao Ministério Público pelo art. 26, I, da Lei federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, bem como o disposto na Resolução nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, de 17 de setembro de 2007, e na Resolução MPC-MG Nº 07, de 21 de novembro de 2013;

considerando que foi encaminhado ao Ministério Público de Contas denúncia noticiando a existência de irregularidades nas admissões, contratações e aposentadorias de servidores da Prefeitura do Município de Poço Fundo, bem como na utilização de imóvel próprio do Instituto de Previdência do mesmo Município;

considerando a necessidade de complementação da instrução do procedimento, para a investigação dos fatos narrados;

1. resolve instaurar PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO para apurar elementos a fim de identificar as supostas irregularidades mencionadas, bem como apurar os respectivos responsáveis.

2. Determina, outrossim, seja oficiado o Prefeito Municipal de Poço Fundo, a fim de que encaminhe a este Ministério Público de Contas os seguintes documentos e informações relativas ao Poder Executivo municipal:

- a) Lei Orgânica do Município de Poço Fundo, se houver;
- b) lei que estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Poço Fundo e suas alterações, se houver;
- c) leis que criam e alteram o Plano de Cargos e Salários dos servidores do Município de Poço Fundo, especificando a nomenclatura, a composição numérica, a forma de provimento, as atribuições e os vencimentos dos cargos;
- d) leis que estabelecem os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, se houver;
- e) relação dos cargos de provimento efetivo e os de recrutamento amplo, com o quantitativo dos vagos e providos, e, também, dos empregos públicos, vagos e providos;
- f) relação das admissões de servidores em cargos públicos, sem concurso público, se houver, com os nomes dos servidores, a indicação da forma de ingresso e sua justificativa;
- g) relação dos agentes públicos contratados temporariamente, terceirizados, designados, cedidos, ocupantes de função pública, se houver, e os respectivos contratos e atos;

h) relação dos servidores e agentes públicos que não se enquadrem nas hipóteses constantes dos itens supra, com nome, função, data e fundamentação para a admissão.

3. Determina, ainda, seja oficiado o Instituto de Previdência do Município de Poço Fundo – IPREMPOF –, na pessoa de seu Presidente, a fim de que informe a relação dos bem imóveis de titularidade do Instituto, se houver, e a destinação e utilização de cada um.

4. Com relação à parte da Denúncia relativa à irregularidade na concessão de aposentadorias de servidores da Prefeitura do Município de Poço Fundo, especialmente a da servidora Vânia Mendes Batista, esclarecemos que a matéria é objeto do Procedimento Preparatório nº 009.2017.605 instaurado por meio da Portaria nº 08/2017/GABSM, razão pela qual não será tratada neste Procedimento.

5. Após a adoção das medidas cabíveis, determina o retorno dos autos conclusos ao gabinete desta Procuradora.

6. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Belo Horizonte, 07 de abril de 2017.

Sara Meinberg

Procuradora do Ministério Público de Contas